

# MANUAL DE FISCALIZAÇÃO

DA COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA  
EXPLORAÇÃO DE RECURSOS MINERAIS



## **DIRETOR GERAL**

Mauro Henrique Moreira Sousa

## **DIRETORES**

Guilherme Santana Lopes Gomes

Caio Mário Trivellato

Roger Romão Cabral

Tasso Mendonça Junior

## **SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS**

Daniel Pollack





## LISTA DE SIGLAS

**AR** - Aviso de Recebimento

**CODIT** - Coordenadoria Nacional de Distribuição, Inteligência e Transparência

**COFIS** - Coordenadoria de Fiscalização da CFEM

**IPI** - Produto Industrializado

**NCM** - Nomenclatura Comum do Mercosul

**PAF** - Plano Anual de Fiscalização

**SAR** - Superintendência de Arrecadação e Fiscalização das Receitas



# SUMÁRIO



Do Planejamento e da Execução do Plano Anual de Fiscalização	<b>2</b>
--	----------

Dos Procedimentos de Fiscalização	<b>3</b>
-----------------------------------	----------

Das Fontes de Informações	<b>7</b>
---------------------------	----------

Da Vistoria	<b>9</b>
-------------	----------

Das Disposições Gerais	<b>10</b>
------------------------	-----------



# DO PLANEJAMENTO E DA EXECUÇÃO DO PLANO ANUAL DE FISCALIZAÇÃO

A realização da fiscalização da CFEM será precedida do Plano Anual de Fiscalização (PAF), elaborado pela Coordenadoria Nacional de Distribuição, Inteligência e Transparência (CODIT), no uso das atribuições que lhe confere o art. 78, inciso III, do Regimento Interno da ANM, aprovado na forma do Anexo II da Resolução ANM nº 102, de 13 de abril de 2022.

Nota. Os procedimentos e critérios para realização do planejamento nacional de fiscalização encontram-se disciplinados na Portaria ANM nº 251, de 3 de abril de 2019.

A execução do PAF compete à Coordenadoria de Fiscalização da CFEM (COFIS), conforme competências previstas no art. 79, inciso IV, da Resolução ANM nº 102/2022.

A COFIS deverá elaborar um cronograma de execução das fiscalizações priorizando a classificação estabelecida pela CODIT, considerando a capacidade operacional da unidade.

As demandas de auditoria da CFEM provenientes do poder judiciário, Ministério Público, órgãos de controle e de acordos de cooperação técnica devem ser autorizadas pela Superintendência de Arrecadação e Fiscalização das Receitas (SAR), conforme estabelecido no art. 32 da Portaria ANM nº 251, de 3 de abril de 2019, em conjunto com o art. 75, inciso I, da Resolução ANM nº 102/2022.





# DOS PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

Os procedimentos de fiscalização da CFEM devem ser objeto de processo eletrônico classificado com nível de acesso “restrito”, de acordo com o art. 27, inciso III, do Anexo da Portaria DNPM nº 155, de 12 de maio de 2016, a ser instruído, no mínimo, com os seguintes documentos:

- Intimação (Anexo I deste manual);
- Termo de Distribuição do Procedimento de Fiscalização (Anexo II deste manual); e
- Relatório de Fiscalização (Anexo V deste manual).

Os processos minerários sob análise deverão ser relacionados ao processo eletrônico aberto para a fiscalização de CFEM.

Intimação é o documento pelo qual se dá ciência ao fiscalizado dos termos e atos da fiscalização, tais como a solicitação de documentos, físicos ou digitais, e informações de interesse da fiscalização, devendo nele constar, no mínimo, as seguintes informações:

- assunto: Fiscalização da CFEM;
- documentos requisitados; e
- prazo de entrega.

A intimação será enviada por comunicação eletrônica com solicitação de confirmação de ciência ou mediante carta registrada com Aviso de Recebimento (AR), na hipótese de não confirmada a ciência.

O intimado terá 30 (trinta) dias de prazo, contados da ciência ou do recebimento do AR, para atendimento da intimação, admitida prorrogação do prazo, a critério da ANM, mediante requerimento tempestivo e devidamente justificado pelo intimado.

Diante da recusa injustificada em apresentar os documentos requisitados ou sua apresentação incompleta, a COFIS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, inciso XVI, da Resolução ANM nº 102/2022, lavrará auto de infração conforme disposto no art. 22-C, inciso III, da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, nos termos do art. 62, § 12, inciso I, da Resolução ANM nº 122, de 28 de novembro de 2022, e emitirá nova Intimação.

Permanecendo o intimado na conduta descrita no item acima, será lavrado auto de infração com valor da multa em dobro e os autos serão remetidos à SAR para encaminhamento das medidas de suspensão da atividade de lavra executada(s) no(s) processo(s) minerário(s) sob fiscalização até o adimplemento da obrigação de apresentação dos documentos, conforme disposto no art. 2º, § 3º, da Lei nº 8.001, de 1990.

O Termo de Distribuição do Procedimento de Fiscalização é o documento que marca o início dos trabalhos de apuração da regularidade dos recolhimentos da CFEM, devendo nele constar, no mínimo, as seguintes informações:

- denominação “Termo de Distribuição do Procedimento de Fiscalização”;
- prazo previsto para conclusão dos trabalhos de fiscalização; e
- possibilidade de prorrogação desse prazo.

O Termo de Distribuição do Procedimento de Fiscalização pela COFIS obedecerá aos seguintes critérios:

- disponibilidade: o agente público da ANM deve estar disponível para realizar a fiscalização dentro do prazo determinado;

- experiência: o agente público da ANM deve possuir experiência em fiscalizações semelhantes para que possa realizar o trabalho de forma eficiente e eficaz;
- conhecimento regulatório: o agente público da ANM deve estar familiarizado com as leis e regulamentações aplicáveis à área em que o empreendimento está inserido, a fim de garantir que a fiscalização esteja em conformidade com a legislação vigente; e
- habilidade de relacionamentos interpessoais: o agente público da ANM deve ser dotado de habilidades interpessoais, tais como a capacidade de trabalhar em equipe, resolver conflitos e lidar com situações de estresse.

As hipóteses de impedimento e suspeição obedecerão as disposições contidas nos arts. 18 a 21 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

O Relatório de Fiscalização é o documento que marca o encerramento do procedimento de fiscalização, devendo nele constar, no mínimo, as seguintes informações: - denominação “Relatório de Fiscalização da CFEM”;

- fundamentação legal;
- identificação dos processos minerários fiscalizados;
- período alcançado pelos trabalhos de fiscalização;
- formação da base de cálculo;
- alíquota incidente;
- identificação de ausência de recolhimento ou recolhimento a menor;
- especificação dos valores devidos por processo minerário; e
- previsão da expressão “A ANM reserva-se o direito de realizar nova fiscalização de CFEM abrangendo o período compreendido no presente relatório”.

O Relatório de Fiscalização e seus anexos devem ser enviados ao fiscalizado quando da notificação do débito, conforme disposições contidas no Manual de Arrecadação e Cobrança da CFEM.



A duração dos procedimentos de fiscalização, de acordo com a opção do regime de tributação da empresa e a quantidade de processos minerários em fase de extração, será:

- Simples Nacional - 30 (trinta) dias corridos;
- Lucro Presumido ou Real e detentora de até 10 (dez) processos minerários em fase de extração - 60 (sessenta) dias corridos; ou
- Lucro Presumido ou Real e detentora de mais de 10 (dez) processos minerários em fase de extração - 90 (noventa) dias corridos.

O prazo previsto no caso de Lucro Presumido ou Real e detentora de mais de 10 (dez) processos minerários para Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários será de 180 (cento e oitenta) dias corridos.

Os prazos previstos nos dois itens acima poderão ser prorrogados sempre que necessário ao encerramento da fiscalização, inclusive na eventualidade da ocorrência de ato praticado pelo fiscalizado que resulte em atraso na conclusão dos trabalhos.

A fiscalização de empresa enquadrada no Simples Nacional acompanhará as disposições da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, e a fiscalização seguirá as disposições do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018, para os regimes de tributação Lucro Presumido e Lucro Real.



# DAS FONTES DE INFORMAÇÕES

As fontes para obtenção da base de cálculo da CFEM são:

- notas fiscais e faturas emitidas e recebidas;
- arquivos digitais de escrituração contábil;
- arquivos digitais de escrituração fiscal;
- recibos de compra e venda;
- relatórios gerenciais emitidos pelo fiscalizado;
- publicações de pregão corrente do bem mineral;
- auto de arrematação;
- recibo de pagamento;
- homologação judicial de aquisição;
- obrigações acessórias exigidas pela ANM; e
- outras obrigações acessórias exigidas pelos entes da federação.

A documentação relativa à mudança de titularidade do processo minerário e respectiva situação do título autorizativo de extração devem compor os autos de fiscalização, inclusive nos casos de óbito, baixa, recuperação judicial, cessão ou arrendamento e reorganização societária por incorporação, cisão ou fusão.

O(s) agente(s) público(s) responsável(eis) pela fiscalização poderá(do) requisitar outros documentos ou informações no decorrer do procedimento de fiscalização bem como realizar vistoria(s) nas dependências da empresa.

As requisições serão realizadas por comunicação eletrônica com solicitação de confirmação de ciência ou mediante carta registrada com AR, na hipótese de não confirmada a ciência, observado o prazo de 10 (dez) dias para atendimento, contados da ciência ou do recebimento do AR, admitida uma prorrogação mediante requerimento tempestivo e justificado pelo intimado.

O AR devolvido pelo serviço postal deverá ser juntado aos autos do processo de fiscalização.

As requisições realizadas deverão ser juntadas aos autos do processo de fiscalização.

Os valores da CFEM de cada processo devem estar vinculados às informações contidas nos documentos preenchidos e produzidos pelo fiscalizado.

Nas hipóteses em que houver recusa do fiscalizado em apresentar os documentos solicitados pela fiscalização ou de existirem informações contraditórias na documentação fornecida, a ANM adotará os dados apresentados que impliquem o maior valor de CFEM para cada fato gerador.





# DA VISTORIA

A vistoria compreende as atividades de inspeção nas áreas de lavra, usina e expedição com o objetivo de identificar o(s) produto(s) mineral(is) obtido(s) e sua Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), bem como a fase que antecede a incidência do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI).

A vistoria às dependências físicas da(s) empresa(s) está condicionada a prévia comunicação ao fiscalizado mediante carta registrada com AR, Anexo III.

Nas vistorias in loco deve ser emitido o Termo de Vistoria, Anexo IV.

A taxa de vistoria será custeada nos termos do Anexo da Portaria DNPM nº 155, de 2016, conforme disposições contidas nos arts. 20 a 25.



# DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os procedimentos para atendimento da intimação obedecerão às disposições contidas no Capítulo IV (sobre autenticação e cadastramento de usuário no Protocolo Digital), na Seção III (do usuário externo) do Capítulo V (sobre acesso e credenciamento do usuário SEI), na Seção II (da recepção de documentos, digitalização e captura para o SEI) do Capítulo VI (sobre processo eletrônico), e na Seção III (dos prazos e comunicações eletrônicas) do Capítulo X (sobre funcionamento e prazos) da Resolução nº 16, de 25 de setembro de 2019.

A COFIS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 79, inciso XVI, da Resolução ANM nº 102/2022, aplicará as disposições da Resolução ANM nº 122, de 28 de novembro de 2022, nas seguintes situações:

- diante da recusa injustificada em apresentar os documentos requisitados conforme o art. 52 ou de sua apresentação incompleta, será lavrado auto de infração conforme disposto no art. 2º, inciso III, da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, nos termos do art. 62, § 12, inciso I, da Resolução ANM nº 122/2022, e emitirá nova intimação; e
- permanecendo o intimado na conduta descrita no item anterior, será lavrado auto de infração com valor da multa em dobro e os autos serão remetidos à SAR para encaminhamento das medidas de suspensão da atividade de lavra executada(s) no(s) processo(s) minerário(s) sob fiscalização até o adimplemento da obrigação de apresentação dos documentos, conforme disposto no art. 22, § 3º, da Lei nº 8.001, de 1990.

A obtenção de vistas e cópias do procedimento de fiscalização obedecerá às disposições contidas nos arts. 26 a 33 do Anexo da Portaria DNPM nº 155, de 2016.

Identificada lavra ilegal ou irregular, o(s) agente(s) público(s) responsável(eis) pela fiscalização abrirá(ão) processo eletrônico específico relatando, por escrito, os fatos constatados.

Os autos deverão ser encaminhados imediatamente à Coordenadoria de Inteligência Fiscalizatória da Superintendência de Fiscalização e à Superintendência de Ordenamento Mineral e Disponibilidade de Áreas para análise e providências cabíveis, conforme o inciso VII do art. 66 e o inciso IX do art. 99 da Resolução ANM nº 102/2022.

Diante de indícios de divergências ou inconsistências no recolhimento da CFEM identificados em empresas não integrantes do PAF, a COFIS poderá, em processo específico, realizar:

- Diligências - ações praticadas com o objetivo de verificar a conformidade das informações prestadas por empresas ou indivíduos detentores de direito minerário;
- Comunicado para Autorregularização de Indícios de Divergências ou Inconsistências - documento utilizado para comunicar indícios de divergências ou inconsistências encontradas na base de dados da ANM;
- Solicitação de Esclarecimentos - documento utilizado para solicitar esclarecimentos acerca de informações econômico-fiscais; ou - outras atividades de interesse da fiscalização da CFEM.

As atividades listadas acima dispensam a emissão de intimação nos termos do art. 52.



As divergências ou inconsistências não regularizadas serão encaminhadas à CODIT para análise quanto à inserção no PAF, ou serão objeto de procedimento de fiscalização, desde que autorizada pela SAR.

Dúvidas sobre a aplicação deste Manual poderão ser esclarecidas pela CODIT.



**ANM**

Agência  
Nacional de  
Mineração